



ORDEM  
DOS  
ENGENHEIROS

Ordem dos Engenheiros – Conselho Diretivo Nacional  
**AJD Nº 23/2016**

---

## **ORDEM DOS ENGENHEIROS**



ORDEM  
DOS  
ENGENHEIROS

### **CADERNO DE ENCARGOS**

#### **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – ALOJAMENTO PARA O TEAM BUILDING OE 2016**



## ÍNDICE

<b>Capítulo I - Disposições gerais</b> .....	<b>3</b>
Cláusula 1. <sup>a</sup> – Objeto	
Cláusula 2. <sup>a</sup> – Contrato	
Cláusula 3. <sup>a</sup> - Prazo	
<b>Capítulo II - Obrigações contratuais</b> .....	<b>4</b>
<b>Secção I – Obrigações do prestador de serviços</b>	
<b>Subsecção I – Disposições gerais</b>	
Cláusula 4. <sup>a</sup> – Obrigações principais do prestador de serviços	
Cláusula 5. <sup>a</sup> – Forma da prestação de serviços	
Cláusula 6. <sup>a</sup> – Prazo da prestação de serviços	
<b>Subsecção II – Dever de sigilo</b>	
Cláusula 7. <sup>a</sup> – Objeto do dever de sigilo	
Cláusula 8. <sup>a</sup> – Prazo do dever de sigilo	
<b>Secção II – Obrigações da Ordem dos Engenheiros</b>	
Cláusula 9. <sup>a</sup> – Preço contratual	
Cláusula 10. <sup>a</sup> – Condições de pagamento	
<b>Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução</b> .....	<b>7</b>
Cláusula 11. <sup>a</sup> – Penalidades contratuais	
Cláusula 12. <sup>a</sup> – Força maior	
Cláusula 13. <sup>a</sup> – Resolução por parte do contraente público	
Cláusula 14. <sup>a</sup> – Resolução por parte do prestador de serviços	
<b>Capítulo IV - Resolução de litígios</b> .....	<b>10</b>
Cláusula 15. <sup>a</sup> – Foro competente	
<b>Capítulo V - Disposições finais</b> .....	<b>10</b>
Cláusula 16. <sup>a</sup> – Subcontratação e cessão da posição contratual	
Cláusula 17. <sup>a</sup> – Comunicações e notificações	
Cláusula 18. <sup>a</sup> – Contagem dos prazos	
Cláusula 19. <sup>a</sup> – Legislação aplicável	
<b>Anexo I</b> .....	<b>12</b>



## **Caderno de Encargos relativo à AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – ALOJAMENTO PARA O TEAM BUILDING DA OE 2016**

### **Capítulo I Disposições gerais**

#### **Cláusula 1.ª Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de Alojamento para o fim-de-semana a realizar nos dias 3 e 4 de setembro de 2016, no Vimeiro, no âmbito do *team building* da OE, nos termos do Anexo I.

#### **Cláusula 2.ª Contrato**

- 1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



**Cláusula 3.ª**

**Prazo**

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

**Capítulo II**

**Obrigações contratuais**

**Secção I**

**Obrigações do prestador de serviços**

**Subsecção I**

**Disposições gerais**

**Cláusula 4.ª**

**Obrigações principais do prestador de serviços**

1 — O presente Caderno de Encargos destina-se à formação de contrato de prestação de serviços de “Alojamento”, para o fim de semana do team building a realizar nos dias 3 e 4 de setembro de 2016 com uma previsão de 100 participantes.

2 — Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de prestação do serviço de alojamento;
- b) Obrigação de prestação dos serviços de comidas e bebidas;
- c) Obrigação de serviços de salas, espaços e áudio visuais;

3 — A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento da organização necessária à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.





Cláusula 5.ª

**Forma da prestação de serviços**

Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter um contacto periódico com os representantes designados da Ordem dos Engenheiros, permitindo-lhe ser informada da evolução das operações objeto dos serviços com o cumprimento das obrigações emergentes do contrato.

Cláusula 6.ª

**Prazo da prestação de serviços**

O prestador de serviços obriga-se a executar os serviços com todos os elementos referidos no Anexo I ao presente Caderno de Encargos, no prazo necessário para que o evento descrito se realize nos dias 3 e 4 de setembro de 2016.

**Subsecção II**

**Dever de sigilo**

Cláusula 7.ª

**Objeto do dever de sigilo**

- 1 — O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Ordem dos Engenheiros, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.



**Cláusula 8.ª**

**Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 3 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

**Secção II**

**Obrigações da Ordem dos Engenheiros**

**Cláusula 9.ª**

**Preço contratual**

1 — Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Ordem dos Engenheiros deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, não ultrapassando este, em caso algum, o preço base de €25.000,00 (vinte e cinco mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Ordem dos Engenheiros, incluindo, designadamente, as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3 — O preço base constitui o limite máximo suscetível de ser apresentado nas propostas concorrentes, constituindo a sua violação causa de exclusão dessa proposta.

**Cláusula 10.ª**

**Condições de pagamento**

1 — A quantia devida pela Ordem dos Engenheiros, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga após a receção das respetivas faturas, por meio de transferência bancária.

2 — Em caso de discordância por parte da Ordem dos Engenheiros, quanto aos valores indicados nas faturas ou documento equivalente, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.



### **Capítulo III**

#### **Penalidades contratuais e resolução**

##### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

##### **Penalidades contratuais**

- 1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Ordem dos Engenheiros pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, entre 10% e 50%.
- 2 — Na determinação da gravidade do incumprimento, a Ordem dos Engenheiros tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
- 3 — A Ordem dos Engenheiros pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 4 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Ordem dos Engenheiros exija uma indemnização pelo dano excedente.

##### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **Força maior**

- 1 — Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3 — Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como as sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;





- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou a incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### Cláusula 13.ª

##### **Resolução por parte do contraente público**

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Ordem dos Engenheiros pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) A não prestação dos serviços por parte do prestador de serviços, independentemente das causas subjacentes e quaisquer que estas sejam;
- b) Em caso de cumprimento defeituoso na prestação do serviço, proveniente de vícios, defeitos ou irregularidades, incluindo a comprovada falta de qualidade do serviço prestado.

2 — Nos termos do estabelecido na alínea b) do número 1 da presente cláusula deve entender-se por “qualidade do serviço prestado” por parte do prestador de serviços, o serviço prestado em condições que, de acordo com o estabelecido no presente Contrato, garantam um razoável e adequado nível de satisfação da Ordem dos Engenheiros, enquanto entidade organizadora e adjudicante bem como dos convidados e conferencistas presentes, nomeadamente, através da prossecução dos objetivos descritos na Clausula 4.ª do presente Caderno de Encargos e dos seguintes:





- a) Dispor de uma equipa competente e experiente que assegure a adoção de uma postura de orientação para o cliente, garantindo um atendimento profissional, disponibilidade de auxílio e resposta rápida às respetivas solicitações;
- b) Atender e resolver com eficácia as situações anómalas, nomeadamente processando e solucionando eventuais reclamações dos convidados presentes no dia do evento;
- c) Gerir o aprovisionamento e armazenamento dos bens afetos ao serviço prestado;
- d) Orientar e coordenar as atividades do pessoal afeto à preparação e realização dos serviços a prestar que são objeto do presente Caderno de Encargos, controlando o seu desempenho;
- e) Apresentar uma seleção variada, cuidada e adequada dos alojamentos e alimentos e ingredientes fornecidos e prestar todas as informações necessárias sobre os mesmos de forma a elucidar os clientes nas suas escolhas.

3 — O direito de resolução referido no número 1 exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Ordem dos Engenheiros.

#### Cláusula 14.<sup>a</sup>

##### **Resolução por parte do prestador de serviços**

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 3 meses, excluindo juros.

2 — O direito de resolução é exercido mediante recurso às vias judiciais, nos termos da cláusula 15.<sup>a</sup>.

3 — Nos casos previstos no número 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Ordem dos Engenheiros, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.



#### **Capítulo IV Resolução de litígios**

##### **Cláusula 15.<sup>a</sup> Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e de círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Capítulo V Disposições finais**

##### **Cláusula 16.<sup>a</sup> Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

##### **Cláusula 17.<sup>a</sup> Comunicações e notificações**

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

##### **Cláusula 18.<sup>a</sup> Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.



Cláusula 19.ª  
**Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.



### Anexo I

Fim-de-semana a realizar nos dias 3 e 4 de setembro de 2016, no âmbito do *Team Building* da OE para os colaboradores e dirigentes da OE:

- Alojamento para cerca de 100 participantes (a confirmar);
- Regime de alojamento com pensão completa;
- Sala para 100 participantes e audiovisuais;
- Internet Wifi;
- Espaço para atividades exteriores;
- Discoteca.